



10, 11 e 12 de novembro de 2025

POLITÉCNICO DO PORTO / ISCAP
PORTO - PORTUGAL



A PROMOÇÃO DE CONHECIMENTO PELO MOVIMENTO ASSOCIATIVO: MEMÓRIA DO II CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA

Katia Isabelli Melo, Universidade de Brasília, 0000-0002-0559-3891, Brasil, isabelli@unb.br

Clarissa Schmidt, Universidade Federal Fluminense, 0000-0003-1555-4594, Brasil,
clarissaschmidt@id.uff.br

Eixo: Perspectivas para a Profissão e Contributos das Associações Profissionais

1 Introdução

No Brasil, o desenvolvimento tanto do *fazer* quanto do *saber*, no campo dos arquivos, acontece a partir do século XIX. Embora arquivos minimamente organizados já existissem desde o período colonial — majoritariamente sob responsabilidade da Igreja Católica —, foi somente com a Independência do país em relação a Portugal, em 1822, que as novas exigências burocrático-administrativas possibilitaram a criação do Arquivo Nacional, em 1838. Já nas primeiras décadas do século XX, a reconfiguração da ordem social e política, impulsionada pela abolição do trabalho e comércio escravistas e pela consolidação de um sistema de classes, favoreceu uma abordagem racionalista das questões sociais e catalisou o desenvolvimento do pensamento científico brasileiro. Nesse contexto de mudanças e intensa produção de conhecimento, houve expressivo crescimento documental, refletindo nos arquivos. A partir da década de 1920, com a fundação das universidades, inicia-se o processo de institucionalização do *saber*, o que contribui substancialmente com o avanço da ciência no país — ainda que esta permanecesse, em grande parte, subordinada às influências europeias e norte-americanas. (Schmidt, 2015).

Os anos 1970 reforçam a consolidação do capitalismo no Brasil e esta realidade demanda novos profissionais para os arquivos, estimulando significativamente a área com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB) em 1971, a lei que regulamentou a profissão de arquivista em 1978, a criação dos cursos de graduação em Arquivologia na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) no ano de 1977, e na Universidade Federal Fluminense (UFF) em 1978, embora os cursos profissionalizantes já existissem há muitos anos no âmbito do Arquivo Nacional. Frente a esse breve cenário histórico do desenvolvimento da Arquivologia, podemos indicar dois fatores que estimularam seu crescimento no Brasil; as questões pertinentes à administração pública e a dos profissionais que trabalhavam com documentos nos arquivos e precisavam aperfeiçoar seu *fazer*. (Schmidt, 2015).

É nesse contexto que, em 1971, inicia-se, no país, o movimento associativo, com a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), no Rio de Janeiro. Como bem pontuou Raul do Rego Lima em 1971, então diretor do Arquivo Nacional,

Um dos fatos significativos que ocorreram, nos últimos tempos, em

matéria de arquivos foi a iniciativa de arquivistas de se associarem, contribuindo assim para a valorização da profissão que tem, nos quadros do serviço público, um tratamento nada lisonjeiro. (Lima, 1971, p. 3).

O primeiro Estatuto da entidade registra, em seu artigo 2º, que a criação da AAB pauta-se em “dignificar socialmente a profissão”, cumprindo oito principais objetivos, a saber:

a) incrementar estudos para melhorar o nível técnico e cultural do arquivista; b) cooperar com o Governo e organizações nacionais, estrangeiras e internacionais, públicas ou privadas, em tudo que se relacione com Arquivos e documentos; c) promover por todos os meios a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de Arquivo, organizando ciclos de estudos, conferências, certames, exposições, cursos, seminários e mesas redondas; d) estabelecer e manter intercâmbio com associações congêneres; e) participar de todos os eventos que se relacionem com suas atividades; f) manter e estreitar os vínculos de amizade e sociabilidade entre seus membros; g) enaltecer os méritos de seus associados e de pessoas que, sem pertencer a AAB, tenham realizado trabalhos em seu favor e/ou da profissão; h) pugnar por uma legislação nacional sobre arquivos, tendo em vista a sua importância administrativa e cultural.

Pode-se dizer que a AAB era uma

reunião de vontades, colaborativa e voluntária, o ponto médio, o ponto de encontro, e ao mesmo tempo a novidade entre os profissionais que atuavam em arquivos, sobretudo, arquivos de instituições públicas. (Gomes, 2011, p. 93).

As condições de trabalho, as experiências vivenciadas por esses profissionais que atuavam nos arquivos públicos brasileiros, a situação dos arquivos, a falta de investimento

na área e a necessidade de articular o desenvolvimento profissional, foram apenas algumas das questões que contribuíram para que emergisse uma organização que buscava reivindicações para a área. As atividades corporativistas não eram as únicas que a associação defendia e, portanto, ela não deveria

ser confundida com uma associação de classe, buscando melhorias para um grupo profissional, e sim um ideal e uma força em prol do desenvolvimento material e intelectual do país. (Esposel, 1994, p. 58).

Outras associações surgiram, concomitante à AAB, inclusive com propostas similares relacionadas ao reconhecimento do arquivista e da Arquivologia, contudo com duração efêmera, conforme assinalado por Melo e Estevão (2025).

Como já apresentamos, a promoção de ciclos de estudos, conferências, ou seja, eventos que visavam a produção do conhecimento no campo dos arquivos, estava dentre os principais objetivos registrados no Estatuto de criação da AAB.

No campo científico, ainda em atendimento às atribuições estatutárias, a AAB publicou a revista Arquivo & Administração, periódico impresso, que teve circulação de 1972 a 2014. O periódico constituiu um marco referencial da literatura arquivística no Brasil ao reproduzir a tradução de textos teóricos, de autores estrangeiros. Em complemento, a revista também publicou os resultados das investigações de pesquisadores brasileiros que embasaram novos estudos.

Na esteira dessa discussão, entende-se que a concepção de campo científico é subjacente a uma lógica própria do mundo científico, que vai além dos textos e seus contextos de produção ou ainda das pessoas que dele fazem parte,

o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem ou difundem a arte, a literatura ou a ciência. Esse universo é um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais

mais ou menos específicas (Bourdieu, 2004, p. 20).

Ainda nessa perspectiva de campo científico, outra importante contribuição da Associação foi a criação daquele considerado o primeiro evento científico da Arquivologia no Brasil, qual seja, o I Congresso Brasileiro de Arquivologia, (I CBA). Segundo Lima (1971, p. 3),

[...] A AAB, sob a presidência do Prof. José Pedro Esposel, da Universidade Federal Fluminense e do nosso Curso de Arquivo, teve tão boa receptividade, por seu programa de defesa de interesses profissionais, que logo se viu encorajada a promover um congresso.

O I CBA aconteceu entre os dias 15 e 20 de outubro de 1972, sob a presidência de José Pedro Pinto Esposel, nas dependências do Hotel Serrador, situado no território que então correspondia ao Estado da Guanabara, hoje integrado ao Estado do Rio de Janeiro. Justamente por ser o pioneiro, há diversas pesquisas que o discutem, a exemplo de Schmidt (2015), Marques, Rodrigues e Santos (2014), Silva (2013), dentre outros.

No período em que esteve operante, a AAB promoveu dezessete edições do CBA. Com proposta bienal, o evento reuniu especialistas da área, arquivistas, estudantes dos cursos de graduação em Arquivologia, profissionais de áreas afins do Brasil e do exterior. Várias edições ocorreram no mês de outubro, ocasião em que se comemora, no dia 20, o dia do arquivista.

Algumas edições revelaram uma periodicidade distinta da proposta inicial, sendo a IV, V e a VI. Um maior espaço temporal foi registrado no XIV CBA, ocorrido com, aproximadamente, seis anos após a realização do XIII CBA. O evento constitui um marco na história da Arquivologia brasileira¹. Entretanto, a última edição, XVII CBA, ocorreu em 2012, conforme indicado a seguir.

O material apresentado nos congressos, tanto nas conferências quanto nas sessões plenárias e de temas livres, era reproduzido no formato

de Anais impressos e, posteriormente no formato CD-ROM.

Em relação às temáticas, as duas primeiras edições do Congresso não tiveram assuntos centrais para orientar a programação e funcionar como o fio condutor que une os participantes em torno de um objetivo comum.

Já no III CBA, realizado em outubro de 1976, no Centro de Tecnologia da UFRJ, na cidade do Rio de Janeiro, o tema foi "O arquivo como fator de desenvolvimento cultural". Na quarta edição do Congresso, que aconteceu em outubro de 1979 nas dependências da UERJ, também na cidade do Rio de Janeiro, a temática escolhida foi "Os arquivos e sua utilização". Três anos depois, em 1982, o V CBA aconteceu novamente na cidade do Rio de Janeiro, no mês de outubro, e teve como tema "A Arquivologia e a realidade brasileira".

Diferente das edições anteriores, o sexto CBA aconteceu em abril de 1986, no Copacabana Palace, município do Rio de Janeiro, com a temática "Arquivos: política, administração, cultura". Dois anos depois, em junho de 1988, na cidade de Brasília (DF), ocorreu o VII Congresso Brasileiro de Arquivologia, com o tema central "Nova arquivística: administração de documentos, informática, acesso à informação". Com o tema "Arquivologia e gestão da informação: tecnologias e perspectivas", acontece em outubro de 1990, em Salvador (Bahia), o VIII Congresso Brasileiro de Arquivologia.

Por sua vez, em setembro de 1992, na cidade de Santa Maria (Rio Grande do Sul), foi realizado o IX Congresso Brasileiro de Arquivologia, cuja temática central foi "O arquivista na era da informação". Dois anos depois, em novembro de 1994, ocorreu em São Paulo, entre os dias 27 de novembro e 2 de dezembro, o X Congresso Brasileiro de Arquivologia. O evento teve como tema "Rumos e consolidação da Arquivologia". Em 1996, no mês de outubro, acontece no Rio de Janeiro, o XI Congresso Brasileiro de Arquivologia. O evento teve como tema "Dimensões emergentes da Arquivologia no

Brasil". Finalizando a década de 1990, em João Pessoa (Paraíba), entre os dias 15 e 19 de junho de 1998, foi realizado o XII Congresso Brasileiro de Arquivologia. O evento apresentou como temática "Os desafios da Arquivologia rumo ao terceiro milênio".

Em outubro de 2000, em Salvador (Bahia), foi realizado o XIII Congresso Brasileiro de Arquivologia. O evento teve como tema "Os arquivos e o descobrimento de um novo Brasil". É apenas seis anos depois, em abril de 2006, na cidade do Rio de Janeiro, sob a temática "A Arquivologia e a construção social do conhecimento", que acontece o XIV CBA. Já no fim do mês de junho de 2008, entre 30 de junho e 04 de julho, na cidade de Goiânia (GO), ocorre o XV Congresso Brasileiro de Arquivologia, cujo tema foi "A Arquivologia no Brasil: Diversidade, Desigualdade e Perspectivas".

A penúltima edição do evento, o XVI Congresso Brasileiro de Arquivologia, aconteceu em agosto de 2010, na cidade de Santos (São Paulo), e teve como temática "O lugar do arquivo". Por fim, a última edição, o XVII Congresso Brasileiro de Arquivologia, abordou a temática "Preservação, Acesso, Difusão: Desafios para as instituições arquivísticas no século XXI", sendo realizado de 18 a 22 de junho de 2012, no Rio de Janeiro.

Como a Associação foi extinta em fevereiro de 2015, não foram realizadas outras edições do Congresso. Porém, não apenas o Fundo da AAB como os direitos à realização do CBA e sobre a Revista Arquivo & Administração foram transferidos ao Arquivo Nacional do Brasil, que em dez anos sequer digitalizou e disponibilizou on-line os documentos da AAB.

A história do movimento associativo apresenta uma lacuna em relação, especificamente, à edição do II CBA. Não encontramos, na produção da área, pesquisas efetivas sobre essa edição do Congresso, assim como os anais, que não foram publicados. A partir desta constatação, essa investigação tem como problema buscar conhecer quais foram os temas e as discussões apresentados durante o II CBA.

À vista disso, o objetivo geral da pesquisa é resgatar a memória do II Congresso Brasileiro de Arquivologia destacando as principais reflexões apresentadas na ocasião. Como objetivos específicos busca-se conhecer os diferentes períodos de estruturação do movimento associativo no Brasil e quais foram as discussões e contribuições do II CBA.

Sendo assim, entende-se que esse estudo é original e justifica-se para compreender quais conhecimentos estavam sendo debatidos e produzidos à época, além de quais ideias e inovações circulavam entre pesquisadores, acadêmicos, estudantes e profissionais da Arquivologia. Cabe lembrar que as duas primeiras edições do Congresso não tiveram temática, sendo necessário analisá-las para conhecer os interesses que uniam a comunidade arquivística. Porém, além da primeira edição do CBA já ter sido amplamente estudada e ter tido seus anais publicados, o II CBA não teve publicação e, tampouco, foi objeto de estudos.

2 Referencial Teórico

O associativismo, de acordo com Luchmann (2014, p. 165), é um elemento importante na medida em que desloca as atribuições dos problemas e condições do plano pessoal para o coletivo – ou sistêmico –, requisito essencial para o desencadeamento de um movimento social. Assim, em associação, as pessoas desenvolvem sentidos e percepções da vida social que transcendem a dimensão individual e pessoal.

Entende-se, deste modo, que as redes associativas, ou ainda, as associações, aproximam atores e instituições que organizam seus campos de atuação. São iniciativas que fortalecem os laços identitários e permitem o diálogo entre diversos atores. Vale lembrar que um campo não existe e nem se norteia por acaso;

os campos são lugares de relações de forças que implicam tendências

imanentes e probabilidades objetivas (Bourdieu, 2004, p. 27).

Ao problematizar o papel de associações de arquivistas, Louise Gagnon-Arguin (1998, p. 54) ressalta que

[...] as associações profissionais, cuja criação remonta a meados do século, asseguram o aperfeiçoamento dos seus membros, portanto de uma boa parte dos arquivistas que exercem a profissão num determinado país, numa província ou num estado. Apesar de haver programas de formação institucional, é sempre preciso contar com o papel indispensável que desempenham estas associações para assegurar a atualização dos conhecimentos.

No Brasil, conforme exposto por Souza (2011), o movimento associativo dos arquivistas estruturou-se em dois períodos distintos: um anterior e outro posterior a 1998. Inicialmente, a partir da década de 1970, os precursores da profissão evidaram esforços conjuntos para solidificar e ampliar o movimento associativo, consolidado pelas representações regionais da AAB, os denominados Núcleos.

Com a extinção desses Núcleos Regionais a partir de 1998, desponta um segundo período marcado pelo surgimento de novas associações profissionais, que passaram a integrar, em 2014, o Fórum Nacional das Associações de Arquivologia no Brasil (FNArq).

No âmbito da primeira entidade associativa, a AAB, as Diretorias eram constituídas por profissionais provenientes de diversas áreas de formação, como Arquivologia, Administração, Biblioteconomia, Direito e História, entre outras disciplinas.

O associativismo de arquivistas representa um segmento relevante na história da Arquivologia brasileira, o que pode ser constatado nas pesquisas de Souza (2011), Crivelli e Bizello (2012), Silva (2013), Marques, Rodrigues e Santos (2014), Melo e Esteves (2023) e Melo e São Paio (2025).

No que se refere aos eventos científicos, a AAB, como vimos, promoveu as edições do CBA. Entretanto, as pesquisas realizadas até então revelavam uma enorme lacuna no que se refere ao II CBA, realizado em 1974. A obra de Bottino (2014) apresenta o histórico dos congressos brasileiros de Arquivologia, contemplando o período de 1971 a 2000. Entretanto, constata-se a ausência de informações do II CBA. Posteriormente, Melo e Cardoso (2018), analisaram as edições de dois eventos científicos promovidos no Brasil, o Congresso Brasileiro de Arquivologia e o Congresso Nacional de Arquivologia, a fim de identificar o protagonismo do arquivista. De igual modo, as autoras salientaram a inexistência de dados sobre o II CBA.

Como resultado da pesquisa, indicamos que foram identificados registros que preenchem a lacuna até então existente, do histórico do CBA, especificamente da II edição, ampliando e consolidando a história da Arquivologia no Brasil.

3 Procedimentos Metodológicos

A pesquisa é de caráter descritivo, bibliográfico e documental, cuja abordagem é qualitativa.

O horizonte metodológico da pesquisa foi delineado por meio de uma abordagem qualitativa e exploratória, estruturada com base na análise crítica de fontes primárias e secundárias.

A investigação fundamentou-se na análise documental, tendo como *corpus* os fundos José Pedro Pinto Esposel e o fundo da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), sob a custódia da Coordenação do Curso de Arquivologia da Universidade Federal Fluminense e do Arquivo Nacional, respectivamente.

Os documentos que integram os fundos investigados são complementares e possibilitaram o resgate das informações originais e únicas referentes ao II CBA.

De acordo com a programação do evento foram identificados alguns dos artigos apresentados. Ainda em relação aos

documentos textuais, os textos promocionais também se inserem no conjunto analisado.

Além disso, as informações obtidas nos fundos pesquisados possibilitaram a identificação de documentos que refletem as principais discussões debatidas no II CBA.

4 II Congresso Brasileiro de Arquivologia

Os poucos registros identificados até então, indicam que o II CBA foi realizado em São Paulo e a alternância de local em relação à primeira edição deveu-se, dentre outros fatores, para fomentar o associativismo aos profissionais de outras áreas do saber. Ainda que a AAB revelava-se como uma instituição que contemplava os arquivistas e profissionais que atuavam nos arquivos, as ações estendiam-se aos especialistas das áreas afins, sobretudo como maneira efetiva no sentido de integrar administradores, historiadores, bibliotecários e outros, conforme referendado por Melo e São Paio (2025).

Além disso, o fato da segunda edição ter sido realizada em São Paulo pode significar a tentativa em ampliar os espaços de discussão e atuação dos profissionais que atuavam em arquivos, uma vez que o I CBA ocorreu no Rio de Janeiro. Todavia, um olhar retrospectivo às 17 edições do Congresso Brasileiro de Arquivologia demonstra que oito delas aconteceram na cidade do Rio de Janeiro, possivelmente por ser o município sede da AAB.

Voltando ao II CBA, objeto desta pesquisa, cumpre dizer que aconteceu na Pontifícia Universidade Católica, em São Paulo, de 24 a 29 de novembro de 1974. Nos meses anteriores, a Diretoria da AAB elaborou cartas endereçadas à comunidade arquivística informando sobre a organização do Congresso. Talvez essa iniciativa buscou repetir o feito do I CBA, isto é, contar com cerca de 1.300 participantes, como pode ser visto na Circular do II CBA, publicada em setembro de 1974:

A Associação de Arquivistas Brasileiros, no cumprimento de seus objetivos estatutários, faz realizar periodicamente um congresso para estudo e análise dos problemas relacionados com a matéria arquivística. O primeiro deles, realizados nesta capital, em outubro de 1972, reuniu cerca de 1.300 profissionais e interessados (historiadores, professores, administradores, bibliotecários, documentalistas, homens de empresa, médicos, etc.), que debateram amplamente questões da maior relevância, tanto para os negócios públicos como para a iniciativa particular.

Sem que apresentasse uma abordagem principal, ou ainda, uma temática específica, foram propostas seis Sessões Plenárias para o II CBA, pautadas em cinco grandes temáticas: (i) Conservação e restauração de documentos, (ii) Critérios de eliminação de documentos, (iii) A importância do arquivo na empresa, (iv) Arquivos hospitalares, e um tema especial: (v) Arquivos de imprensa. A sexta sessão foi destinada aos temas livres.

Três mesas redondas completaram a programação do evento e pautaram-se nas seguintes abordagens: Organização de arquivos de imprensa, Sistemas nacionais de informação, e Arquivos de Prefeituras: sua técnica e dinamização.

Diferindo da primeira edição (I CBA) e das subsequentes, a organização do evento coube a uma empresa terceirizada, chamada GRUNASE — Grupo Nacional de Serviços. A participação dos congressistas no evento precedia ao preenchimento da Ficha de inscrição, com indicação de dados pessoais e institucionais, conforme registrado na Figura 1.

Figura 1 – Ficha de inscrição do II CBA



II CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUIVOLOGIA
ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS BRASILEIROS
LOCAL : PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
RUA MONTE ALEGRE, Nº 961
SÃO PAULO – CAPITAL
DATA: 24 a 29 de novembro de 1974

FICHA DE INSCRIÇÃO

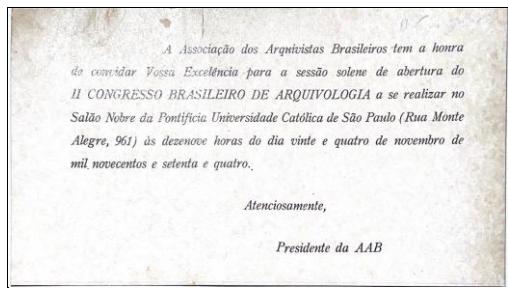
INDIVIDUAL: NOME: _____
CARGO: _____
INSTITUIÇÃO EM QUE TRABALHA: _____
ENDERECO: _____ N° _____ APº: _____
CIDADE: _____ ESTADO: _____ CEP: _____
TELEFONE: _____
PRETENDE TRAZER ACOMPANHANTE? _____
APRESENTARÁ TRABALHO? _____

INSTITUIÇÃO: NOME: _____
ENDERECO: _____
CIDADE: _____ ESTADO: _____ CEP: _____

Fonte: Acervo José Pedro Esposel.

A AAB participou ativamente da divulgação do evento com informes registrados na revista Arquivo & Administração. Para a sessão solene de abertura foram elaborados convites pelo então Presidente da AAB, José Pedro Pinto Esposel, indicados na Figura 2.

Figura 2 – Convite do II CBA



Fonte: Acervo José Pedro Esposel.

A ausência de relatórios inviabilizou uma análise mais precisa acerca do aspecto quantitativo da assistência presente ao evento. Nenhuma estimativa pode ser realizada, sobretudo considerando a participação de 1.300 congressistas no I CBA, indicado anteriormente. Igualmente, desconhecemos as instituições participantes e as unidades da federação com maior indicativo de congressistas.

4.1 Contribuições do II CBA

De acordo com a programação do II CBA, a conferência de abertura foi proferida por um convidado, o Prof. Aurelio Tanodi, um

arquivista croata radicado na Argentina, que discorreu sobre *Hacia un universalismo archivístico*. Diante das mudanças ocorridas à época, com a introdução de novos formatos de documentos, o palestrante enfatizou o papel do arquivista como gestor de documentos, ao se ocupar dos documentos produzidos no passado e no presente,

... o arquivista deve voltar seu olhar para o passado, mas ali não termina sua responsabilidade: precisa olhar também para o presente, sem esquecer o futuro, consciente de que o documento de arquivo é, em certo aspecto, a ponte entre o passado, presente e o futuro. (1974, p. 3, tradução nossa).

Em continuidade, assinalou o papel do Arquivo Nacional, que posiciona o Brasil em nível de destaque na comunidade arquivística. As ações desempenhadas pela AAB e por sua Diretoria também foram ressaltadas, inclusive o alto nível científico do I CBA.

No II CBA houve uma tentativa de promover, conjuntamente, o I Congresso Brasileiro de Arquivo Médico. Inclusive, um modelo da identidade visual do evento registrava a promoção dos dois congressos, concomitantemente. Contudo, abriu-se um espaço para a realização de uma Sessão Plenária de Arquivos Hospitalares, com a indicação de cinco palestrantes convidados. Como contribuição científica, nas edições subsequentes do CBA, os arquivos médicos ocuparam a pauta dos debates, constituindo um tema recorrente.

Salienta-se que, por ocasião do congresso, a arquivística brasileira estava em processo de sistematização. As temáticas abordadas mostraram-se como contribuições teóricas e práticas para o nivelamento do conhecimento dos profissionais que atuavam nos espaços de trabalho. Foram apresentados procedimentos para conservação e restauração de documentos, e os relatos enfatizaram a necessidade da adoção de medidas aplicadas em âmbito internacional, inclusive com unificação da terminologia.

Algumas instituições contribuíram para a amplificação das reflexões sobre avaliação de documentos, tema ainda pouco explorado por ocasião do evento.

Os arquivos de imprensa foram objeto de estudo e, segundo alguns dos relatos, mostravam-se carentes na estruturação do espaço a ser destinado para a preservação dos documentos em seus variados suportes.

Em atendimento às normas estatutárias, a AAB empenhava-se na capacitação de profissionais, com a promoção de cursos e palestras. Conforme indicado na programação foram realizados cursos, ministrados por diversos profissionais, com enfoque sobre a organização e administração de arquivos.

O evento mostrou-se como uma oportunidade de diálogo dos representantes das instituições arquivísticas públicas. A agenda indicou uma reunião da direção do Arquivo Nacional e os representantes dos arquivos estaduais. Em outro momento ocorreu uma mesa-redonda contemplando os representantes dos arquivos municipais.

Desde 1968, a microfilmagem foi legitimada, no Brasil, sendo aplicada aos documentos oficiais, conforme estabelece a Lei nº 5.433, de 8 de maio. Com amparo legal, nos anos 1970, o procedimento obteve uma ampla aceitação nas instituições públicas, constituindo um dos temas abordados no evento.

Ao término do II CBA foram aprovadas as seguintes recomendações^{II}:

1. Insistir na campanha para criação do Sistema Nacional de Arquivos, visando torná-lo um subsistema do Sistema Nacional de Informações, recomendado pela UNESCO, como fator preponderante do desenvolvimento sócio-econômico dos países membros dessa organização.
2. Instar junto às autoridades competentes para que a implantação dos Cursos de Arquivo, já devidamente estruturados, não sejam alcançados pela recente recomendação do MEC ao CFE, proibindo a instalação de todo e qualquer curso até que se proceda ao levantamento das necessidades dos distritos geo-educacionais. Tal medida, se de aplicação indiscriminada impediria a imediata formação de profissionais no campo da arquivologia, profundamente carente de recursos humanos necessários ao seu pleno desenvolvimento.
3. Que sejam envidados esforços para a regulamentação da profissão do técnico de arquivo, em nível médio, assim como do profissional de arquivo, em nível universitário.
4. Que se deflagre uma campanha a fim de que as entidades, públicas ou privadas, conscientizem-se da necessidade da adoção de critérios adequados de avaliação de documentos, evitando-se assim as eliminações indesejáveis, bem como da adoção de técnicas modernas de restauração de documentos de valor técnico, científico, científico e cultural.
5. Que se elabore documento dirigido ao INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL (IBAM) com sede no Rio de Janeiro, no qual sejam destacados os benefícios que advirão para as administrações locais, se no trabalho de prestar assistência as Prefeituras, se incluir, também, a da área de ARQUIVO, como base documental para as opções fundamentadas no presente, preservando, ao mesmo tempo, as fontes históricas do Município brasileiro.
6. Que os órgãos de imprensa criem condições para instalação de Centros de Documentação e/ou racionalização dos arquivos já existentes, de forma a atender, com rapidez a eficiência, as exigências características de suas atividades.
7. Que a classe empresarial seja sensibilizada para a importância dos arquivos como fator de desenvolvimento técnico-científico.
8. Que sejam intensificados os estudos e pesquisas sobre a aplicação, adequada e criteriosa, das técnicas modernas, tais como microfilmagem e computador, aos arquivos.
9. Que a Associação dos Arquivistas Brasileiros expresse ao Conselho Internacional dos Arquivos congratulações e votos de êxito à iniciativa de criação do Fundo Internacional de Desenvolvimento dos Arquivos, a ser lançado na Conferência Internacional para planificação dos arquivos dos países do 3º mundo, que se realizará em Dacar de 25 a 28 de janeiro de

- 1975, sob os auspícios do Presidente Leopold Senghor, do Senegal.
10. Concitar a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) no sentido de promover, tão logo lhe seja possível, o Ano Internacional dos Arquivos.
 11. Que a Associação dos Arquivistas Brasileiros dê também conhecimento da Resolução anterior ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura e ao Conselho Internacional de Arquivos, pedindo-lhes o apoio à iniciativa.

Observamos que parte das recomendações foram consolidadas, ainda que as implantações tenham ocorrido em anos posteriores. Contudo, constituem reflexo do amadurecimento das discussões e reivindicações protagonizadas pela AAB, como representante oficial do movimento associativo.

Salienta-se que, em 1974, o contexto da Arquivologia mostrava-se ainda embrionário no Brasil. No que se refere à formação, somente o curso ministrado pelo Arquivo Nacional capacitava os profissionais para atuarem nos arquivos. Posteriormente, em 1977, o curso obteve mandato universitário e passou a ser oferecido na atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), sendo considerado um dos primeiros do país.

A busca pelo reconhecimento profissional do arquivista constituía um dos pilares da AAB e o tema se mantinha frequente, sobretudo por ocasião dos debates promovidos nos espaços de discussão científica. Como desdobramento, em 1978, ocorreu o reconhecimento da profissão de arquivista e de técnico de arquivo, por meio da Lei nº 6.546, de 4 de julho, regulamentada pelo Decreto nº 82.590, de 6 de novembro de 1978.

No que se refere à política nacional de arquivos e a criação do Sistema Nacional de Arquivos, indicados nas recomendações, a consolidação efetuou-se somente em 1991, com a Lei 8.159, de 8 de janeiro.

5 Considerações Finais

Ao identificar uma parcela da memória do II CBA, resgata-se e consolida-se a história da Arquivologia no Brasil sob o ponto de vista científico. Constatou-se que o pensamento científico da época aproximava-se mais de uma vertente da práxis arquivística, onde impera a operacionalização, as diretrizes a serem implantadas institucionalmente.

O foco das abordagens esteve representado pelas discussões referentes aos arquivos de imprensa, ao sistema nacional de arquivos e à preservação de documentos.

As discussões sobre gestão de documentos ainda mostravam-se incipientes. No entanto, o enfoque relacionava-se à política de avaliação de documentos e ao estabelecimento de critérios para eliminação. No cerne dos debates discutiu-se sobre a necessidade de criação de arquivos para preservar a história dos municípios.

As contribuições do evento apresentaram reflexos na sequência. A AAB consolidou-se e, por décadas, manteve-se como instituição hegemônica representativa dos profissionais que atuavam nos arquivos.

Constatou-se que o evento proporcionou a ampliação de discussões que revelaram desdobramentos significativos. A Arquivologia obteve mandato universitário a partir de 1972, pelo Conselho Federal de Educação, e em 1977 consolida-se como curso de formação. Em 1978 ocorre o reconhecimento legal da profissão.

Outros atos normativos contribuíram para consolidar os arquivos como espaços de gestão e de preservação da memória.

A identificação dos fundos pesquisados facultou uma análise ampla sobre o II CBA. Contudo, registram-se algumas limitações como a ausência de determinados textos complementares. Outros documentos que poderiam integrar os fundos inexistem, o que impediu-nos de elaborar dados quantitativos dos participantes, por exemplo.

Ressaltamos que a maior contribuição obtida com a pesquisa foi o preenchimento da lacuna

da história da Arquivologia no Brasil. Outro contributo apresenta-se como o resgate da trajetória completa do Congresso Brasileiro de Arquivologia.

Os relatos apresentados no II CBA, em formato de artigos científicos, estão cadastrados e disponíveis sem qualquer ônus, na Base de Dados em Arquivística (BDA), disponível em <http://arquivistica.fci.unb.br/>.

6 Referências

- Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB). Estatuto. 1971.
- Base de Dados em Arquivística (BDA). (2020). <http://arquivistica.fci.unb.br/>.
- Bottino, M. (2014). O Legado dos congressos brasileiros de Arquivologia: 1971-2000. Editora FGV.
- Bourdieu, P. (2004). Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP.
- Crivelli, R. & Bizzello, M. L. (2012). A História da Arquivologia no Brasil (1838-2012). FUENTES, La Paz, 6(21), p. 44-56. http://www.revistasbolivianas.ciencia.bo/pdf/fdc/v6n21/v6_n21_a05.pdf.
- Esposel, J. P. (1994) Arquivos: uma questão de ordem. Rio de Janeiro: Muiraquita.
- Gagnon-Arguin, L. (1998). Os arquivos, os arquivistas e a arquivística. In: Rousseau, J.; Couture, C. Os fundamentos da disciplina arquivística. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Gomes, Y. Q. (2011). Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978): entre a memória e a história. 2011. 157 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social) -Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Lima, Raul do R. (1972). União e valorização profissional do arquivista. ARQUIVO & ADMINISTRAÇÃO, Rio de Janeiro, p. 3.
- Luchmann, Lígia Helena Hahn (2014). Abordagens teóricas sobre o associativismo e seus efeitos democráticos. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 69-87, jun. 2014.
- Marques, A. A. C., Rodrigues, G. M., & Santos, P. R. E. (2014). História da Arquivologia no Brasil: Instituições, Associativismo e Produção Científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros.
- Melo, K. I. (2021). Base de Dados em Arquivística: a produção científica brasileira. [comunicações livres]. Simpósio Internacional de Arquivos, São Paulo, SP, Brasil. <https://www.even3.com.br/anais/simposio/internacionalearquivos/292347-BASE-DE-DADOS-EM-ARQUIVISTICA--A-PRODUCAO-CIENTIFICA-BRASILEIRA>.
- Melo, K. I. & Cardoso, A. C. (2018). Arquivista como protagonista nos eventos científicos: uma análise dos congressos de Arquivologia no Brasil. Páginas a&b. 3(10), 71-91. <https://doi.org/10.21747/21836671/pag10a6>
- Melo, K. I. & ESTEVES, R. C. S. P. A. (2023). História da arquivologia no Brasil à luz do movimento associativo de arquivistas. In: LOUSADA, M., PAZIN, M. & ELIAN, P. (org.). Arquivos, Democracia e Justiça Social: VII Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (VII Reparq). São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo (ARQ-SP).
- Melo, K. I. & São Paio, R. C. (2025). Movimento associativo no Brasil: arquivistas em movimento. Associação de Arquivistas de São Paulo.
- Melo, K. I., Souza, S. & Paiva, D. (2023). Construção da base de dados em arquivística: uma ferramenta de pesquisa. Participação, Brasília, 1(38), 22-31. <https://periodicos.unb.br/index.php/participacao/article/view/46805>.
- Silva, E. P. (2013). Memória e discurso do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978). [Tese de doutorado, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro].
- Schmidt, C. M. S., Cougo Júnior, F. A., & Marques, A. A. C. (Orgs.). (2024). História dos Arquivos e da Arquivologia brasileira: contribuições para o debate. Pimenta Cultural.
- Schmidt, C. M. S. (2015). A construção do objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo.

Souza, K. I. M. (2011). Arquivista, visibilidade profissional: formação, associativismo e mercado de trabalho. Starprint.

NOTAS

¹ As edições dos CBA foram publicadas nos formatos de Anais e de resumos, sobretudo impressos. Os textos estão disponíveis na Base de Dados em

Arquivística (BDA), disponível no endereço eletrônico <http://arquivistica.fci.unb.br>

² A grafia das recomendações foram mantidas na íntegra.